

Formação de gestores escolares para a educação básica:

avanços, retrocessos e desafios
frente aos 20 anos de normatização
da gestão democrática na LDBEN

NEUSA CHAVES BATISTA
MARIA LUIZA RODRIGUES FLORES
ORGANIZADORAS

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

Conselho Editorial Evangaf

Daniela de Freitas Ledur (UFRGS)

Mauro Meirelles (UNILASALLE)

Paulo Fávio Ledur (PUCRS)

Ribas Vidal (UFRGS)

Valdir Pedde (FEEVALE)

Véra Lucia Maciel Barroso (FAPA)

**Formação de gestores escolares
para a educação básica:
avanços, retrocessos e desafios
frente aos 20 anos de normatização
da gestão democrática na LDBEN**

**Neusa Chaves Batista
Maria Luiza Rodrigues Flores
Organizadoras**



**Porto Alegre
2016**



**escola de gestores
da educação básica**



PARTICIPAÇÃO SOB OS PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: ELEMENTOS PERCEBIDOS PELA FAMÍLIA NA ESCOLA

***Jaqueline Marcela Villafuerte Bittencourt
Vera Medianeira Gorski Salbego***

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar alguns elementos que determinam a participação da família na escola. O estudo se justifica diante da constatação da ausência dos pais nos processos decisórios da escola, este fato despertou na equipe gestora da escola estudada o anseio por entender os fatores responsáveis para esta ausência, para tanto, foi realizado um estudo teórico e metodológico para identificar alguns elementos que serviriam para explicar este fenômeno social, aproveitando a realização do Curso de Especialização em Gestão Escolar na 4ª Edição da Escola de Gestores (2014-2015) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Outro motivo para a pesquisa foi perceber que em eventos onde os pais deveriam participar como: o Projeto Político-Pedagógico (PPP), o Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP) e as prestações de contas, eles pouco se faziam presentes. Porém, em situações de comemorações/entrega de resultados, o público era maior. Diante disso, surgiu a problematização e a indagação: O que leva os pais a não atenderem ao chamado para participar de processos decisórios e que visam a melhorias para a escola e para os alunos? Por que não há este envolvimento dos pais na escola para estes fins, uma vez que quando chamados a conhecerem os resultados ao fim dos trimestres a maioria comparece? Quais fatores impendem ou favorecem esta participação?

Outro pressuposto era que a equipe gestora acreditava estar propondo diferentes momentos e demonstrava grande frustração diante do pouco interesse e baixo nível de participação, no entanto, reconhecia que este processo

árduo e contínuo no qual não se pode esmorecer, mas que poderia ser enfrentado se fosse conhecido e entendido nas suas diferentes dimensões.

Assim se desenhou o levantamento empírico dentro desta escola, que é uma instituição tradicional com mais de 80 anos de história pertencente à rede pública estadual na região centro-oeste do Rio Grande do Sul, atende o ensino fundamental, ensino médio na modalidade regular, assim como a educação de jovens e adultos na modalidade noturno. A comunidade onde a escola está situada é composta por pessoas assalariadas e de baixo poder aquisitivo; pessoas que assim que o dia amanhece, deixam suas casas e partem para sua rotina de trabalho, deixando os filhos aos cuidados de outras pessoas e/ou da escola até que chega a hora do retorno para casa no fim da tarde.

O levantamento teórico/empírico está baseado nos princípios da Gestão Democrática e pretende desmitificar a participação efetiva da família na escola. As determinantes levantadas envolvem a identificação de elementos nas seguintes dimensões: o reconhecimento da participação sob os princípios da Gestão Democrática como um direito da família; ocasiões que propiciam a participação; participação em instâncias colegiadas; condições que favorecem a participação; reconhecimento de quem deve participar; sugestões e outras percepções.

O estudo salienta a importância desta parceria como um dos mecanismos que contribuem no desempenho escolar, bem como na obtenção de uma educação voltada aos interesses da sociedade que reconhece na escola um espaço de cidadania e de manifestação das ações do Estado.

Para nos aproximarmos de determinadas respostas, utilizou-se a Pesquisa-ação, conhecida como um método de investigação que envolve profissionais sobre suas próprias práticas. Tripp (2005, p. 445) afirma que se trata de “toda a tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática”. Ainda o autor confirma que: “no campo educacional ela é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e em decorrência o aprendizado de seus alunos” (TRIPP, 2005 p. 445).



Para coletar as informações, foram utilizados diferentes instrumentos de pesquisa. O primeiro foi documental, pois foi necessário visitar os documentos existentes na escola para entender o regimento desta relação entre pais e escola, neste momento foi lido e tratado o Projeto Político-Pedagógico (PPP) como principal fonte de consulta dos princípios que regem a escola e as relações entre os diferentes segmentos. Na sequência, foram realizadas reuniões, onde formal e informalmente foi desenhado o problema que tentamos analisar.

Posteriormente, foi elaborado um questionário às famílias com o intuito de conhecer alguns fatores que consideramos pertinentes para o estudo. O questionário estava composto de 07 (sete) questões, sendo 06 (seis) de múltipla escolha e 01(uma) opcional e de sugestão, foi entregue a uma amostra de 10% dos alunos da escola, distribuídos entre os alunos das turmas de 3º, 5º e 8º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio.

Este documento está organizado inicialmente apresentando o embasamento teórico para a temática trabalhada. Recorre-se aos autores Bitencourt e Flores (2014) e Paro (2002) na temática Gestão Democrática, tanto na sua legalização como na efetivação, este último como um processo ainda distante do que seria de fato a democracia, embora em construção. A Participação na Gestão Democrática foi trabalhada na perspectiva apontada por Paro (2002) e Gandin e Gandin (2014); os tipos, às condições de participação, entre outras concepções, seguido pelos autores Silva e Lima (2009), bem como Galante e Verissimo (2015).

Na sequência, apresentamos os resultados e as análises. Encerrando, registramos algumas considerações que foram possíveis de constatar e que poderão servir para nortear futuras ações ou servir como ponto de partida para novas pesquisas, visto que o assunto tratado é um processo que deve ser buscado e acompanhado constantemente e que nunca será estático. Também é referencial para avaliarmos a nossa prática cotidiana como gestores escolares e como membros de uma sociedade em constante transformação.



Arcabouço teórico

Muito se fala em democracia, mas como incluir uma gestão verdadeiramente democrática em um ambiente onde há certa resistência à participação, visto que este é um processo contínuo? De que forma gestar e fazer valer o que o discurso nos coloca, diante de uma prática não consolidada?

Entende-se que a democracia ocorra, onde há a participação livre e consciente de todos, onde a coletividade discute e traça metas para transformá-las em ações, que veem de encontro aos interesses da maioria e satisfação do maior número de envolvidos em determinados processos; de forma onde as diferenças possam se assemelhar para uma melhor formação humana (CURY, 2007).

A gestão democrática da escola pública foi legalizada pela Constituição Federal de 1988, e a Lei de Diretrizes e Base (LDB) de 1996 a regulamentou como sendo um dos princípios fundamentais da educação, porém esta não depende apenas da legislação, ela é um processo de construção social que deve reconhecer a escola como espaço de contradições, diferenças e encontros, que valoriza a cultura individual, buscando articulá-las entre si (BRASIL, 1996).

Estes processos de participação, no caso da escola, requerem muita clareza de onde se quer e precisa chegar e destaca-se como referência fundamental do processo a forma de Gestão que se mantém no educandário.

Para Cury (2007), a Gestão democrática como princípio de educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares pública, é a forma dialogal, participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a termo um projeto pedagógico de qualidade e da qual nasçam “cidadãos ativos” participantes da sociedade como profissionais comprometidos.

Para Carbello e Galina (2015):

O ato de convocar a comunidade para repassar decisões que já foram previamente tomadas pela escola ou de reunir professores para divulgações pedagógicas que já foram articuladas pela equipe pedagógica não expressa exatamente



a opção por uma gestão de caráter democrático, embora atitudes como essas sejam comuns em muitas escolas que se dizem democráticas. A democracia deve ser um ato político dos interessados. O próprio Projeto Político Pedagógico, que pressupõe em si uma ação coletiva, nem sempre é tão coletivo quanto deveria. Geralmente é a equipe pedagógica a maior responsável por sua elaboração. A participação dos pais limita-se muitas vezes ao preenchimento de questionários sócio-econômicos para simples composição da realidade da comunidade escolar. Os professores quase sempre são poupados por “não terem tempo” e, quando são envolvidos, quase sempre é para responder questões sobre a concepção de homem, sociedade e educação que se deseja, o que fazem sem muita convicção ou até mesmo convictos de que são apenas conceitos distanciados da prática (CARBELLO; GALINA, 2015, p.21).

Os autores ainda postulam que “falar em Gestão Democrática é falar em governar com a participação do povo e para o povo”, e isso no caso da escola eles afirmam ser “ainda uma ideia em construção na nossa sociedade” (CARBELLO; GALINA, 2015, p.21).

Segundo Paro (2008, p. 9) “[...] toda vez que se propõe a gestão democrática da escola pública que tenha a efetiva participação de pais, educadores, alunos e funcionários de escola, isso acaba sendo considerado como uma coisa utópica” e ainda conceitua a palavra utopia como “[...] lugar que não existe”, embora salienta que isso não quer dizer que nunca possa vir a existir. (PARO, 2008, p.9)

A respeito disso, Paro (2002) também registra esta possibilidade, defendendo a ideia de que parece existir uma visão distorcida a respeito da comunidade ao nos colocar que é muito comum principalmente entre diretores e professores a alegação de que a comunidade não participa da escola simplesmente porque não há interesse em participar, porém remete conhecer que há pouco estímulo oferecido por parte da escola a efetivar esta participação, bem como que os integrantes da escola possuem um escasso conhecimento dos reais interesses e aspirações da comunidade e nos coloca ainda que:



[...] A par de fatores estruturais ligados a própria condição de trabalho e de vida da população, encontra-se também a resistência da instituição escolar a esta participação. Um dos aspectos mais importantes desta resistência parece ser o fato de que praticamente inexistente qualquer identidade da escola pública com os problemas da comunidade (PARO, 2002. p.27).

Se desejarmos trazer mais próximo do nosso dia a dia, um cenário educacional, onde as ações democráticas não sejam apenas direitos sem serem exercidos, apenas conquistas que ainda não são reais, precisamos promover ambientes favoráveis à participação, pois Democracia se faz para o povo e junto com o povo. A seguir, fundamenta-se a temática *Participação* como ferramenta básica para efetivação de processos democráticos, considerando o termo *Participação* como referência à *Participação Ativa*, limitando ao contexto escolar, na temática de gestão democrática.

Na sociedade brasileira, parece estar incrustado o pensamento de que a escola deve encarregar-se sozinha do processo educativo. Devemos salientar a importância de sensibilizar os pais a participar da vida escolar dos filhos. A escola faz parte do cotidiano familiar da criança, e os pais precisam estar envolvidos em todo o processo de aprendizagem, participar para dar sugestões, tomar decisões em conjunto com a escola, participando das atividades da mesma, e não apenas participar para receber informações acerca do rendimento ou disciplina dos mesmos, esta busca de aproximação é, via de regra, tarefa da escola. Isso trará benefícios melhorando a ligação entre a comunidade e qualificando melhor o processo de educação. Pois quando família e escola estão buscando um objetivo comum, a educação ocorre de maneira mais efetiva (GANDIN e GANDIN, 2014).

Através da família se adquire o conhecimento moral do dia a dia, valores, crenças e "essência" do ser humano que se propaga de acordo com as situações e experiências vivenciadas neste meio-família. Sobre este assunto, Lopes (2006, p. 21) afirma que os pais são atores fundamentais no processo institucional de avaliação e de acompanhamento das crianças. Dessa forma, é com os pais e demais integrantes da família, sejam eles adultos ou crianças, que ela vai interagir, iniciando seus processos de so-



cialização e construindo suas primeiras representações sobre o mundo. A família constitui-se, assim, na primeira fonte de informações sobre o mundo e referência de socialização. Na escola, é onde se dá a educação formal, portanto há uma responsabilidade complementar entre uma e outra no que diz respeito à educação.

Fazendo referência ao trabalho realizado por Galante e Verissimo (2015), concordamos que no contexto escolar contamos com vários tipos de pais: o pai preocupado, atento, que vai regularmente à escola, que participa das reuniões e atividades sempre que solicitados; o pai que nem sempre aparece quando a escola clama pela participação; o pai que diz não ir à escola por não ter tempo e, ainda, o pai totalmente alienado aos problemas do filho, aquele que não sabe e nem quer saber como anda a escola. Esta realidade está presente em um índice mais elevado nos países menos ricos, segundo uma pesquisa da consultoria realizada, os pais brasileiros estão longe de figurar entre os mais participativos da rotina escolar. Enquanto os países da Organização de Comércio e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organização que reúne os países mais ricos, 64% deles dizem ser atuantes; no Brasil, estes dados costumam variar entre 20% e 30%, dependendo de quem dá o número. Parte do flagrante desinteresse se deve à baixa escolaridade de uma parcela dos pais que não permaneceu na escola tempo suficiente para aprender a ler, tampouco para consolidar o hábito do estudo de modo a passá-lo adiante. Mas isso não explica tudo. A experiência dos colégios particulares também aponta para a distância dos pais. Uma das razões remete ao fato de a educação no Brasil ainda não ser vista como artigo prioritário - inclusive nas classes mais altas (GALANTE e VERÍSSIMO, 2015).

Os pais devem se envolver na educação dos filhos, transmitindo-lhes valores. A educação começa na família e não pode ser vista como algo isolado. A escola continua este processo de formação da criança, transmitindo e orientando os conhecimentos, possibilitando ao aluno transferência das experiências nas circunstâncias do seu dia a dia. Acerca do assunto, Silva e Lima (2009) nos colocam:



Contar com a participação da família no cotidiano escolar é, sem dúvida, um privilégio para ambas as instituições. Não se pode negar que os protagonistas deste processo são os alunos e os professores e, claro, o processo ensino-aprendizagem. Não raro nos deparamos com pais que se surpreendem diante de posturas assumidas pelos filhos na escola, como se estivessem conhecendo outras facetas de sua prole. Por outro lado, professores se surpreendem em seus papéis, ao incorporarem funções que não consideram sua responsabilidade. Configura-se, pois, a idealização por parte de vários sujeitos: professores, alunos, pais ou responsáveis depositam expectativas uns nos outros, gerando insatisfações e distanciamentos. (SILVA e LIMA, 2009, p.246)

Reportando-se ao ambiente escola, em busca de uma aprendizagem saudável, vitoriosa e satisfatória onde o aluno tem o prazer de lá estar, e tem oportunidade de formar sua conduta sadia, seria necessário que ambas - Família e Escola - pregassem as mesmas coisas: conhecimentos, cultura, religião e ética da pessoa, ou seja, falasse a mesma língua: famílias rígidas, escolas da mesma rigidez; famílias liberais, escolas liberais, a fim de não haver confronto no comportamento e frustrações nos filhos, ressaltando aqui a questão da individualidade e realidade de cada um que deve ser respeitada a fim de não comprometer a moral, os valores e a conduta de nossos filhos.

Assim, de forma ampla, apresentamos o referencial teórico que suporta o trabalho realizado. Este foi colocado em prática utilizando a metodologia da Pesquisa-ação que apresentamos à continuação.

A percepção da participação entre a família e a escola

As análises com a observação deste conjunto de dados acerca do conhecimento e visão dos pais através dos momentos e instrumentos de pesquisa serão apresentadas em categorias informativas de tempo e de espaço.

A amostra foi de 10% das famílias da escola, e tivemos os seguintes resultados: dos 60 questionários distribuídos, 41 deles retornaram, sendo 02 em branco. Como aparece no Quadro 1 a seguir, tivemos a participação



de 65% dos pais e responsáveis, portanto, há uma representatividade importante dos respondentes.

Quadro 1 – Percentuais De Respondentes

Questionários	Número	%
Distribuídos	60	100%
Devolvidos	41	68%
Em branco	2	5%
Analisados	39	65%

Fonte: Esta pesquisa

Durante o processo, constatamos que os pais e responsáveis sentem a necessidade de convivência social e/ou de lazer, e que esses momentos eram oferecidos pela escola, ao mesmo tempo, convertem-se na oportunidade de aproximação e propiciam a participação. Certamente, a concepção de participação não é a mesma que trabalhamos no estudo da Gestão Democrática, pois ela na prática é induzida, e não é plena e efetiva, mas ela existe e é possível.

Identificamos que este era um movimento com grande potencial para propiciar este processo junto com a família, conforme reforça Paro (2002) se faz ao caminhar, esta realidade, não será modificada de uma hora para outra, mas sim através de um trabalho contínuo entre todos os envolvidos no processo, a iniciar pela reflexão a respeito dos obstáculos e potencialidade para transformar em ações. No nosso caso, olhar para a presença dos pais, responsáveis e outros familiares dentro da escola, não só como um momento festivo, e sim, como um momento de *potencial participação*, já marca a diferença na gestão, pois o planejamento, deste tipo de eventos, prevê momentos de incentivo ao envolvimento com o fazer escolar, nesses momentos, de maneira leve e num contexto carente de pressão ou de cobrança.

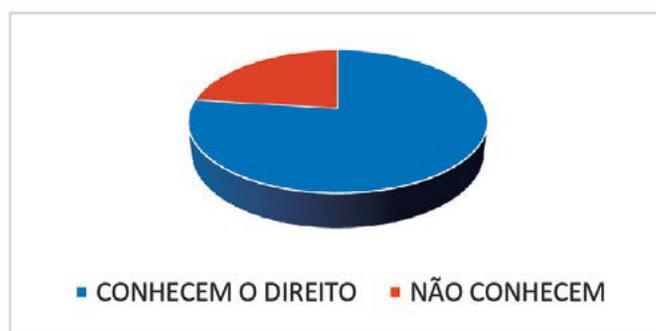
Deste modo, apresentamos as categorias que colocamos como marcos analíticos.



Direito à participação

Quando questionados quanto ao conhecimento dos mesmos em relação aos seus direitos de conhecer e participar dos processos educacionais: 30 pais responderam ter este conhecimento, em oposição aos 9 demais que responderam desconhecer este *direito*, porém cabe destacar que 100% deles consideram importante esta tarefa.

Gráfico 1 – conhecimento ao direito de participação no processo educacional



Fonte: Esta pesquisa

Quando Comparecem à Escola

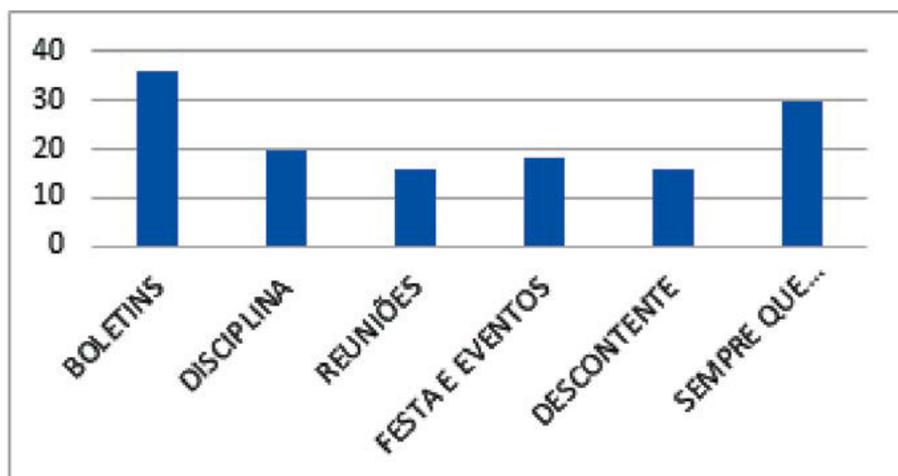
Mesmo os pais ou responsáveis que participaram da pesquisa, julgaram importante sua participação; ficou revelado que a maioria comparece à escola a pedido, ou seja, das 39 respostas, 36 (92,3%) comparecem para buscar boletins; 20 (51,28%) quando chamado para resolver problemas disciplinares; 16 (41,02%) quando convocado para reuniões extras da escola; 18 (46,15%) para participar de eventos (festas, palestras...) que a escola promove; 16 (41,02%) quando está descontente com algo acontecido na escola que envolve seu filho, e 30 (76,92%) deles responderam que comparecem sempre que a escola solicita, esta era uma questão na qual poderia optar por mais de uma alternativa.

Como se pode observar no Gráfico 2, as famílias reconhecem que comparecem à escola para buscar as avaliações, ou seja, para receber notícias sobre o desempenho dos seus filhos, ao mesmo tempo, em que se mostram



abertos a outros tipos de chamados. Contrariando o nosso pressuposto de que eles não estavam dispostos a participar.

Gráfico 2 – quando comparecem à escola



Fonte: Esta pesquisa

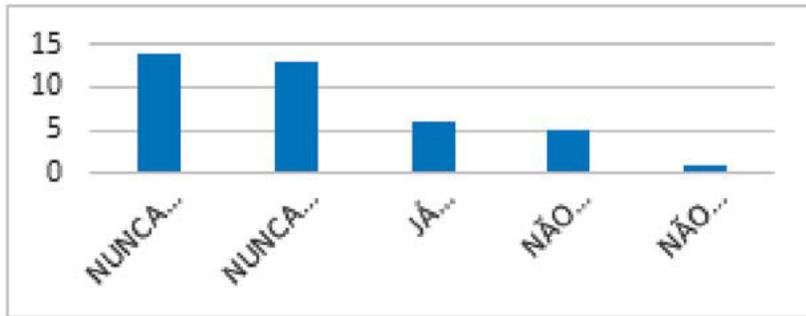
Participação em Instâncias Colegiadas

Relacionado à participação nas instâncias colegiadas como Círculo de Pais e Mestres (CPM), Conselho Escolar (CE), o resultado me trouxe uma visão que retrata uma realidade distorcida daquilo que o senso comum nos remete, ou seja, a maioria afirmou, 14 (35,89%), nunca ter participado, pois nunca teve oportunidade, embora fosse de interesse deles; contra 13 (33,33%) que responderam nunca terem participado, pois também não tiveram oportunidade, embora também não havia interesse; os demais ficaram distribuídos da seguinte forma: 6 (15,38%) deles responderam que participam ou já participaram destes Conselhos; 5 (12,82%) nunca participaram, embora tivessem tido a oportunidade, porém não houve interesse, e 1 (2,56%) dos pais não respondeu.

As respostas alertam à necessidade de estar sempre convocando, chamando e informando para alimentar o interesse demonstrado.



Gráfico 3 – participação em instâncias colegiadas



Fonte: Esta pesquisa

Conforme é possível verificar no Gráfico 3, as famílias em grande parte reconhecem não ter tido oportunidade e possibilidade de participação. Este item nos remete à necessidade de rever os métodos de chamar à participação e ao modo como a comunidade avalia as instâncias colegiadas. Há no interior desta resposta um claro desconhecimento destes colegiados como espaços de real participação.

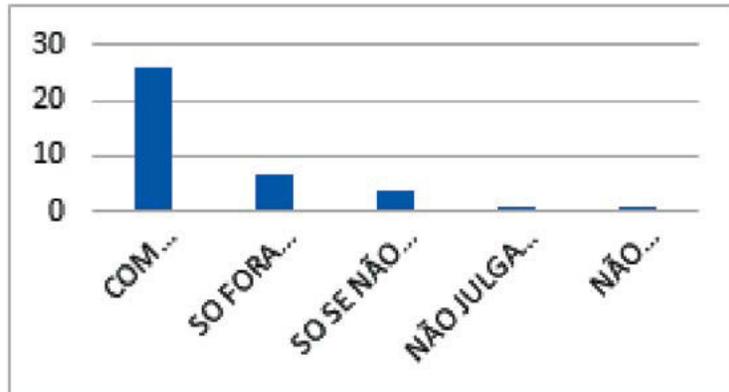
Condições para a Participação na Tomada de Decisões

Perguntado aos pais ou responsáveis que participaram da pesquisa se quando solicitado para comparecer a escola para participar de tomadas de decisões (reuniões da escola, prestação de contas...) quais eram as condições em que eles participavam, e a maioria, ou seja, 26 (66,66%), participa mesmo precisando pedir dispensa do trabalho; 7 (17,95%) participam somente se não estiverem em seu horário de trabalho; 4 (10,25%) participam somente se não tiverem outro compromisso; 1 (2,56%) não participa, pois não julga importante intervir e/ou ter conhecimento destes assuntos e 1 (2,56%) não respondeu.

Neste quesito, foi revelado que há uma dificuldade de participação em horários que não os de trabalho, ou seja, a grande maioria está disposta a fazer esta aproximação se conseguisse dispensa do trabalho. Este item teria que ser melhor trabalhado na comunidade, pois esta dispensa deveria ser negociada por toda a sociedade.



Gráfico 4 – condicionantes da participação

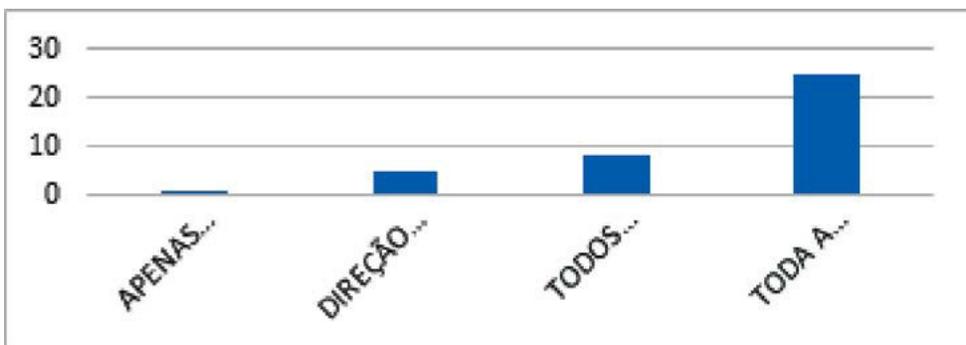


Fonte: Esta pesquisa

Quem deve Participar na Tomada de Decisões

Na questão de nº 6, foi sondado aos pais ou responsáveis: Você considera que as decisões que envolvam investimento - recursos, qualidade - e/ou mudança na estrutura pedagógica - avaliações/ensino - devem ser tomadas por: 1 (2,56%) respondeu que devem ser tomadas apenas pela escola (através da equipe diretiva/pedagógica); 5 (12,82%), pela escola (através da equipe diretiva/pedagógica/professores e funcionários; 8 (20,51%), pela direção, professores, funcionários alunos e representantes dos órgãos de apoio como: CPM, Conselho Escolar, Grêmios estudantis, e a maioria, 25 (64,10%), afirmou que as decisões devem ser tomadas por toda a comunidade escolar, inclusive alunos e pais.

Gráfico 5 – participação nas decisões



Fonte: Esta pesquisa



Este item revela que a comunidade se importa e que acredita que as decisões deveriam passar pelo conjunto de instâncias da escola. Este é um argumento muito forte que deverá ser trabalhado na gestão da escola, pois demonstra que há uma verdadeira crença na *Participação*.

Sugestões dos Pais

Finalizando os questionamentos, foi aberto espaço para sugestões referentes ao assunto, e pais acharam pertinente em relação à temática proposta, os que o fizeram, manifestaram solicitando que a escola organize os eventos e outras atividades nos períodos noturnos, facilitando a participação dos que trabalham.

Este questionário se mostrou muito positivo, e seus resultados trouxeram uma nova visão e a necessidade de outra postura dos gestores em relação à participação. Desmitificamos uma série de pressupostos, e este exercício orientou outra atividade, desta vez com os professores, que também se surpreenderam. Como fator desafiante, tínhamos o receio de que os questionários não retornassem ou que os pais não respondessem/ o resultado foi exitoso, pois mesmo sendo um convite sem compromisso, as famílias se solidarizaram e reforçaram nos momentos de convívio, socialização, confraternização e entrosamento, enriquecendo o fortalecimento do vínculo escola/família/sociedade.

No decorrer deste processo, percebemos os pais e a escola um pouco distantes, se considerarmos a participação em ações que nos levam à democracia, um tanto distante porque comparecer à escola para palestras, festividades, para resolver problemas de indisciplina, para buscar resultados ou quando se está descontente com a escola, o que se evidenciou através da população questionada, isso não constitui participação, como Biten-court e Flores, (2014) já analisaram anteriormente.

Também nos levou a concluir que os pais primeiro priorizam o seu trabalho, fato que pode ser considerado em função das condições e oportunidade de trabalho da era atual, da própria cultura da sociedade através do senso comum de que a educação pode ficar a cargo da escola, uma vez



que o sustento deva vir da família; fato que já vem sendo confirmado. Em uma pesquisa da consultoria Nielsen, a educação aparece em quinto lugar entre as maiores preocupações dos brasileiros. Vem atrás da estabilidade no emprego, equilíbrio entre trabalho e lazer, pagamento de dívidas e economia dos pais (GALANTE e VERISSIMO, 2015).

Em relação à participação em instâncias colegiadas, os pais se manifestaram interessados na sua maioria, porém revelaram não ter tido oportunidade, retratando com isso que a escola precisa trabalhar melhor e de forma mais clara e informativa quanto ao processo de escolha destas instâncias, uma vez que estes processos devam se dar de forma voluntária e democrática, oportunizando a todos a participação. A comunidade escolar precisa estar ciente e ter conhecimento de quando e como isso acontece, e esta divulgação é de responsabilidade da escola.

Embora considerando que a família prioriza outras circunstâncias, os entrevistados afirmam ser importante a participação de toda a comunidade escolar das decisões da escola, que estas não fiquem apenas restritas a pequenos grupos, sugerindo que a escola promova suas atividades e encontros fora do horário de trabalho normal da maioria.

Dessa forma, após análise dos resultados, chegamos a verificar que este *distanciamento* é decorrência de vários fatores, possivelmente ligados a situações externas e também de interesse daquilo que se julga prioridade, tanto dentro da família, como da própria escola. As respostas reforçaram, também, a *confiança* que os pais depositam na escola, pois os mesmos sabem que possuem o direito de opinar, entretanto, não demonstram muito interesse em exercer seu direito por acreditar que a escola detém o conhecimento. Por outro lado, temos evidências que a escola poderia se esforçar mais para estimular a *Participação Ativa*, pois se os pais não estão tão próximos ao processo, eles precisam ser buscados e encantados a participar, não somente em ocasiões de confraternização, esta tarefa é mais de responsabilidade da escola, embora momentos de confraternização também possam ser considerados um estreitamento de vínculo e porque não um início de parceria, contribuindo para a Gestão Democrática, palavra tantas vezes pronunciada e ainda um tanto distante da prática cotidiana.



Portanto, concordamos com as colocações realizadas por Paro (2002) de que, entre outras responsabilidades que a escola possui, a participação e a aproximação com a família estão condicionadas aos aspectos: de origem econômica, social, cultural e também institucional, como abordamos nas categorias analíticas da pesquisa.

Algumas considerações

Quando se fala em Gestão democrática, temos que levar em conta que este é um processo que vem sendo implantado gradativamente, com algumas limitações e até contradições. O processo traz consigo algumas lacunas de entendimento, tanto nas famílias, quanto no sistema escolar, que na maioria das vezes não dialogam, não se comunicam e não compartilham, ou em outras situações não há compreensão de que o sucesso do processo depende do conjunto, e não somente do esforço de uma das partes. Porém, não podemos remeter este distanciamento de família e escola como sendo responsável por não termos uma plena Gestão Democrática, sabendo que há dificuldades, também, de incluir os demais segmentos neste procedimento.

A experiência vivenciada mostrou que tanto a escola como as famílias fazem parte da mesma realidade, já que pertencemos a uma sociedade em que as tecnologias e o consumismo ganharam espaço no convívio social e familiar e isso demanda que as famílias se comprometam mais com o trabalho do que com a própria educação dos filhos, até porque o senso comum nos diz que a educação pode ficar a cargo da escola, enquanto o sustento está restrito à família. Podemos aceitar esta condição – trabalho – como fator relevante, porém é preciso despertar um interesse maior de participação sob pena de não conseguir responder às expectativas colocadas sobre a escola.

Nessa perspectiva, a escola deve ser vista como um lugar onde todos são protagonistas na realização das ações previstas. Só nos aproximaremos da Gestão Democrática quando houver comprometimento dos profissionais da educação, desempenhando suas funções com competência e res-



ponsabilidade e, dos pais e da comunidade em geral, dando a real importância à qualificação da educação ofertada em nosso município.

Então é preciso buscar interação, participação e entrosamento; família e escola precisam andar juntas e mesmo que o momento vivenciado não esteja sendo propício para essa comunicação, atitudes precisam ser tomadas, pois educação não é responsabilidade de um só segmento, educação é responsabilidade de todos, e todos os envolvidos precisam estar em certa sintonia, para que não fique a responsabilidade da escola e, posteriormente, responsável por um possível fracasso. Os pais precisam saber o que a escola propõe, e a escola precisa ouvir os anseios dos pais. Esta é uma parceria que deve ser buscada constantemente.

Conclui-se que mesmo existindo confusão de papéis entre pais e escola, é fundamental reconhecer esta responsabilidade como sendo compartilhada a fim de se chegar a uma conclusão que proporcione eficácia na educação e no aprendizado de nossas crianças.

O processo de Gestão Democrática visa ao acolhimento das diferentes culturas, condições sociais, físicas, tendo como desafio que os alunos se destaquem em todas as áreas do conhecimento e que sejam preparados não com o olhar voltado para o mercado de trabalho, mas sim para a cidadania, para a vida formando o ser humano em todas as dimensões, pois no mundo onde estamos inseridos a escola é o maior referencial destes valores, uma vez que os estudantes concentram grande parte de seu tempo de criança e juventude nas escolas, portanto esta deve estar sempre pronta a ouvir, acolher, a ensinar, e lutar sempre para que nossa sociedade seja, cada vez mais, constituída de crianças, jovens e adultos felizes, capazes, realizados e com todas suas potencialidades destacadas.

Por isso é fundamental que a gestão da escola trabalhe de forma democrática em todas suas instâncias e segmentos, respeitando, ouvindo, acolhendo, tendo em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) ações voltadas para o pleno desenvolvimento dos cidadãos e principalmente tendo estas ações implantadas na prática. Todavia, se este processo ainda não se efetivou, buscar responsáveis ou anular a responsabilidade da escola não irá



nos levar a lugar algum, ao contrário, a escola, através de seus segmentos, conscientiza a comunidade para a importância e necessidade da participação ativa. Abrir espaços de fato é o caminho que irá nos conduzir melhor ao processo de participação.

Referências

BITENCOURT, Alcina Jacil Alves; FLORES, Maria Luiza Rodrigues. Desafios para a efetivação de uma experiência de gestão democrática no cotidiano escolar. In: SILVA, Maria Beatriz Gomes da; FLORES, Maria Luiza Rodrigues (Orgs.). *Formação a distância para gestores da Educação Básica: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso 09 out. 2015.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.

CARBELLO, Sandra Regina Cassol; GALINA, Irene de Fatima. *Instâncias colegiadas: espaços de participação na gestão democrática da escola pública*. Disponível em <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>>. Acesso em 22 de jan. 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. *RBPAE* – v.23, n.3, p. 483-495, set./dez. 2007. Acesso em 13 de mar. 2015.

GALANTE, Mara; VERÍSSIMO Cristina. *A importância da participação dos Pais na Escola*. Disponível em: <<http://www.epaveiro.edu.pt>>. Acesso em 12 de abr. 2015.

GANDIN, Adriana Beatriz; GANDIN, Danilo. Gestão democrática e planejamento participativo: reflexões sobre uma Prática de Sal de Aula EAD. In: SILVA, Maria Beatriz Gomes da; FLORES, Maria Luiza Rodrigues (Orgs.). *Formação a distância para gestores da Educação Básica: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

LOPES, K. R.; MENDES, R. P.; FARIA, V. L. B. (Orgs.). *Livro de Estudo: Módulo III. PROFINFANTIL*. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica, 2006.

MARTINS, Josneia. *A Importância da Presença dos Pais na Vida Escolar dos Fi-*



lhos. Disponível em: <http://www.jornaldaeducacao.inf.br/index.php?>. Acesso em 06 jun. 2015.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

PARO, Vitor Henrique. Estrutura da escola e educação como prática democrática. In: CORREA, Bianca Cristina; GARCIA, Teise Oliveira (Org.). *Políticas educacionais e organização do trabalho na escola*. São Paulo: Xamã, 2008, p. 11-38.

PARO, Vitor Henrique. *Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação*. São Paulo: Cortez, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Como fazer pesquisa ação?* Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/56>>. Acesso em 22 de jan. 2015.

SILVA, Maria Vieira & LIMA, Lucianna Ribeiro de. A participação da família na escola Contribuições à democratização da gestão. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 4, p. 239-252, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em 17 de abr. 2015.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.31, n.3, p.443-466, set/dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep>>. Acesso em 22 de jan. 2015.

